

Maria de Fátima Silva

Coordenação



topias
& Distopias

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO
Tipografia Lousanense, Lda.

EXECUÇÃO GRÁFICA
Tipografia Lousanense, Lda.

ISBN
978-989-8074-74-4

DEPÓSITO LEGAL
289002/09

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Maria de Fátima Silva
Coordenação

*U*topias
& Distopias

ATLÂNTIDA: DISTOPIA PLATÓNICA, UTOPIA EUROPEIA

Destroços de que continente;
De que cataclismos,
De que sismos, de que mistérios?

(Jorge Barbosa, *Arquipélago*)

Os versos apresentados em epígrafe mais não são do que o refluir cíclico de vagas, que o suposto afundamento da ilha de Atlântida, calculada no *Timeu* platónico em cerca de nove mil anos antes, ainda no nosso tempo desencadeia. E contudo, o fascínio dessa civilização esplêndida, que às benesses de uma natureza ímpar associava as de um avanço técnico inimaginável, está longe de significar, para Platão, a marca exponencial do progresso, da vocação para a felicidade que toda a acção humana, individual ou colectivamente, aspira a potencializar.

Neste breve alinhar de dados sobre a narrativa e a sua recepção, procuraremos demonstrar como o pressuposto da sua veracidade histórica criou desvios, por vezes clamorosos, ao contexto filosófico em que é evocada no *Timeu* e no *Crítias*; um contexto inequívoco de utopia política (de que Atlântida é o sinal contrário), que poderia ser o de uma Cidade “sem nome” como na *República*, mas que os diálogos platónicos de última fase tendem a fazer convergir numa ou noutra das componentes étnicas mais capazes de assegurar a coerência de um projecto grego – isto é, Dórios e Atenienses¹. Vemos os primeiros representados nas *Leis*, onde Magnésia, a colónia a fundar sob a égide de Cnossos, congrega o melhor do espírito e da legislação dórica; vemos os segundos retomar, no *Timeu* e no *Crítias*, a hegemonia insuspeitada que a história egípcia neles delega, cerca de nove mil anos antes.

Neste contexto, Atlântida existe tão-só em função de uma Atenas milenária, em tudo coincidente com a cidade ideal, cujas traves-mestras Sócrates recapitulara pouco

¹ Desenvolvemos este tópico na nossa tese de doutoramento, *Platão: helenismo e diferença. Raízes culturais e análise dos diálogos* (Coimbra 1976), esp. pp.163-176 e 298-302. A presente comunicação assenta parcialmente no tratamento que aí fizemos do mito de Atlântida, em capítulo que não constará da sua publicação.

antes. Aí encontramos, portanto, o núcleo significativo da narrativa, a que mediação egípcia vem dar o selo de autenticidade. Mas é no elemento distópico, por assim dizer, a ela agregado, que o seu potencial de ficção historiográfica irá projectar-se: liberta dos condicionalismos que determinaram a sua emergência na narrativa, a ilha de Atlântida desde cedo polariza todo o capital de verosimilhança nela investido, adquirindo vida e estatuto próprio.

A referência do *Timeu* inicia-se com um rebuscado jogo entre *mythos* e *logos*, em que vemos o “Estado ideal”, percorrido por Sócrates “como que num mito” (*hos en mythoi*), transferir-se ao plano suposto do real e do concreto (*epi talethes*, 26e)². Especial importância tem aqui o apuro da descrição geográfica, que situa a ilha “além das Colunas de Hércules” (actual Estreito de Gibraltar), no mar que toma o seu nome a partir do monte Atlas. Ao contrário do Mediterrâneo, o mar navegável que os três continentes então conhecidos (Europa, Ásia e Líbia – designação arcaica de África) encerram, o Atlântico é, nas palavras do *Timeu*, o mar aberto, o “mar verdadeiro”, cujos limites confinam com novas terras e nações.

Entre esse mundo desconhecido e o mundo já explorado dos continentes que têm por fronteira comum o Mediterrâneo, a extensa ilha de Atlântida – só por si, maior que a Ásia e a Líbia juntas!³ – assegurava um trânsito fácil a quem desejava passar além das Colunas de Hércules, como expressamente se frisa (24e-25a):

“Os viajantes de então faziam dela local de embarque para as outras ilhas e para todos os pontos do continente que se situava na margem oposta desse mar verdadeiro (*to alethinon ekeinon ponton*). Pois tudo o que fica para cá do já citado estreito (i.e. das colunas de Hércules) mais parece a entrada num porto mezinho... ali sim, há mar de verdade e só a terra que o rodeia merece, com plena justeza, o nome verdadeiro de continente.”

À importância territorial e estratégica da ilha junta o *Critias* (diálogo que surge na continuação do *Timeu*) o privilégio da sua origem divina: Posídon, o deus do mar, unira-se aí à indígena Clito, tendo dela tido dez filhos por quem repartiu os dez reinos da ilha, reservando o mais importante deles – com a “capital” Atlântida – para Atlas, seu primogénito⁴. É desta Atlântida que também o diálogo *Critias* nos dá a fabulosa descrição de templos, palácios, estátuas, hipódromos e canais, que cerca nove mil anos antes terão representado um estádio de civilização e de prosperidade material jamais igualado (*Criti.* 115c-117c). Mas não por muito tempo. Após as tentativas dos Atlantes para impor

² *Critias* afirma explicitamente que não se trata de um mito forjado (*plasthenta mython*) e sim de uma narrativa verídica (*alethinon logos*, 26e). Sobre este jogo, paralelo ao mito no *Górgias* (523a), vide K. Morgan, *Myth and Philosophy from the Presocratics to Plato* (Cambridge 2000), esp. pp. 249-271 e Th. K. Johansen, “Truths, Lies and History in Plato’s *Timaeus-Critias*”, *Histos* 2 (1998, revista online com o endereço www.dur.ac.uk/Classics/Histos).

³ A expressão, claramente paródica, é decalcada de Heródoto 1. 45, onde a Europa possui uma extensão territorial igual à da “Ásia e da Líbia juntas”. Os mapas da época confirmam esta simetria, decorrente de uma anterior, que contemplava apenas a Ásia e a Europa, inspirando-se provavelmente num original babilónico do séc. IX a.C., de que se conserva cópia. Sobre este tópico, veja-se P. Friendlaender, “Plato as Geographer” in: *Plato. An Introduction* (trad. inglesa, London 1969, 2ª ed.), esp. pp. 270-271 e 387 (n.9).

⁴ *Criti.* 113c-114b. Uma das dificuldades insolúveis do *Critias* é a indistinção entre Atlântida, ilha e cidade, que a extensão do território não deixaria de exigir, como destaca pertinentemente J. Pradeau em “L’Atlantide de Platon. L’utopie vraie”, *Elenchos* 22.1 (2001) 86-88.

o seu império a toda a zona do Mediterrâneo – tentativas que só o mérito guerreiro dos Atenienses fez reverter ao fracasso – um terramoto seguido de ondas gigantes aniquilou por completo a ilha. Outros cataclismos surgiram depois, provocando estragos decisivos na região, até então fértil e propícia, da Ática (*Tim.* 25d, cf. *Criti.* 111a-b).

A consequência mais visível da catástrofe terá sido a impossibilidade, desde então, de navegar para o Atlântico⁵. Ao ser submergida, a ilha deixou, nas regiões adjacentes às chamadas Colunas de Hércules, depósitos de sedimentos a tal ponto densos que a passagem do estreito ficou bloqueada (*Tim.* 25d, cf. 24e). Deste modo, a memória de Atlântida desapareceu (excepto, como veremos, no Egipto) e, com ela, a da “verdadeira terra” que, a Ocidente, o Atlântico guarda.

Estes são, grosso modo, os dados que desde os Descobrimentos marítimos dos sécs. XV e XVI têm preenchido o imaginário colectivo europeu e as expectativas de vir a encontrar a lendária Atlântida. Mas o leitor familiarizado com o texto platónico sabe que a história não é tão linear como este conjunto de dados genéricos faria supor. Antes de prosseguir a sua análise convirá, portanto, precisá-la no contexto que antecede, no *Timeu*, o mito da criação do mundo e do homem pelo Demiurgo.

O círculo de personagens que se juntam no *Timeu* não é meramente pontual; oferece, pelo contrário, do ponto de vista dramático, uma familiaridade de convívio que se reforça na alusão a encontros já realizados ou a realizar. Característico é o desempenho rotativo do papel de protagonista que se define para cada uma das figuras do diálogo. Na véspera fora Sócrates a expor um modelo de constituição política ideal (17b *sqq.*), alicerçado numa visão do mundo e do homem, cuja génese divina incumbe ao matemático e astrónomo Timeu de Locros assegurar na presente conversa (27a); seguir-se-á a exemplificação prática desse modelo que Crítias, político e aristocrata ateniense⁶, se propõe desenvolver em futura conversa, a propósito das instituições que, cerca de nove mil anos antes, regiam a cidade da deusa Atena (27b). E o projecto prevê ainda uma sessão sobre o mérito guerreiro da sociedade descrita por Sócrates a cargo de Hermócrates, o estrategista siracusano que – ironicamente ... – comandou a defesa de Siracusa contra expedição militar ateniense de 415 a.C. (*Criti.* 108c)⁷.

⁵ Heródoto parece ter sido o primeiro a designar o mar “além das Colunas e Hércules” pela forma adjectiva *Atlantis* (sc. *thalassa* “mar”), associada geográfica e linguisticamente ao monte Atlas e ao povo que junto dele habitava – os Atlantes. Heródoto fornece deles uma descrição etnográfica (4.184) suficiente para entender que, além do facto de estarem a Ocidente, nada mais têm em comum com os Atlantes do *Timeu*... Para a identificação tardia do Oceano ao Atlântico, cf. *infra*, n. 19.

⁶ Geralmente identificado com o tio de Platão - Crítias IV, segundo o *stema* genealógico de D. Nails, *The People of Plato. A Prosopography of Plato and others Socratics* (Indianapolis 2002), p. 244. Veja-se também a análise do parentesco entre Sólon e Crítias em D. Leão, *Sólon. Ética e Política* (Lisboa 2001), pp. 243-245. A sequência dos mediadores da narrativa faria pensar no avô, Crítias III; mas o carácter dramático do diálogo joga a favor de Crítias IV, também personagem do *Cármides* e conhecido pelo seu interesse em teoria política. Foi um dos protagonistas da Tirania dos Trinta de 403 a.C. (que Platão lembra, com profunda aversão, em *Ep.* VII 326a-b) e talvez o Velho Oligarca, autor de uma *Constituição de Atenas*. Para o efeito de distanciamento mítico, visado na existência de vários mediadores, vide L. Brisson, *Platon, les mots et les mythes* (Paris 1994, 2ª ed.), pp. 32-46.

⁷ A utopia do *Timeu* começa justamente nesta junção inverosímil de personagens, com que se intenta congregiar Dórios e Atenienses num projecto político comum. Para esse traço idealista da filosofia política de Platão, veja-se *supra*, n. 1 e o estudo de L. Lampert e Ch. Planeaux, “Who’s Who in Plato’s *Timeus-Critias*”, *Review of Metaphysics* 52 (1998) pp.1-87. Os elementos para a datação dramática do diálogo são vagos, pressupondo tão-só uma época de paz entre Esparta e Atenas: c. 421 (Paz de Nícias) ou c. 429 a.C., antes de as hostilidades se terem iniciado (assim D. Nails, *Prosopography*, pp. 106-109).

O *Timeu* funciona assim como um “pivot” em volta do qual se dispõem encontros pouco mais que pressupostos, como o da véspera (talvez identificável ao diálogo intitulado *República*) e com os anunciados: a narrativa do Crítias sobre Atenas e Atlântida, no diálogo homónimo, ficou incompleta e é duvidoso que um diálogo intitulado *Hermócrates* alguma vez tivesse sido encetado.

Por que não chegou Platão a completar o projecto anunciado no *Timeu* e reiterado no prólogo do *Crítias*? Sem entrar nos meandros complexos da criação literária, não será arbitrário especular que uma das razões possa ter sido o facto de a sua mensagem política e filosófica estar já, por assim dizer, preenchida no esboço da história antecipado no *Timeu*, como mais adiante desenvolveremos. Esse esboço surge naturalmente após o resumo que Sócrates faz da conversa anterior, recapitulando os principais tópicos do seu Estado ideal: sobre ele levanta a dúvida de jamais o ver “em movimento” (*en tois ergois*, *Tim.*19c), isto é, de poder verificar na prática como funcionaria. É a esta incerteza que Crítias responde, invocando o exemplo da Atenas do passado, cujo sistema organizativo provara sem margem para dúvidas, nove mil anos antes, a exequibilidade de um modelo, em tudo semelhante ao que Sócrates propusera (25e).

Nada disso, continua Crítias, terá ficado nos registos históricos ou lendários. As vicissitudes do tempo e as catástrofes – como o dilúvio, recordado na narrativa de Deucalião e Pirra (22a) – encarregaram-se de eliminar por inteiro a história dos primitivos Atenienses e da época de esplendor que se seguiu à fundação divina da cidade. Foi em país alheio que essa história se conservou – no Egipto, região ao abrigo das intempéries (“dom do Nilo”, como já antes de Heródoto Hecateu de Mileto lhe chamara⁸), onde desde sempre existiu o hábito de registar, por escrito e na memória, os acontecimentos marcantes não apenas da história do país como da Humanidade⁹. O que há desde já a salientar na narrativa é que ela se centra, não em Atlântida e sim numa Atenas primeva (uma “proto-Atenas”) cuja antiguidade supera a própria civilização egípcia.

O conhecimento privilegiado que Crítias ostenta provém de uma tradição familiar que, através de Drópides, pai de seu avô Crítias, remonta a Sólon, o estadista e poeta ateniense do início do séc. VI a.C., que a época arcaica grega incluiu no seu cânon dos Sete Sábios. Heródoto fala das demoradas viagens à Pérsia e ao Egipto que Sólon terá empreendido, no intuito de alargar a sua experiência pessoal e política¹⁰. É numa proximidade sensível com o estilo das *Historiai* (e particularmente com o livro II, dedicado ao Egipto) que o Crítias do *Timeu* reproduz a conversa do estadista

⁸ *FGrH* I F 301. Cf. Alan B. Lloyd, *Herodotus. Book II. Introduction* (Leiden 1975), p. 128.

⁹ Esta avaliação positiva da escrita – e, portanto, da importância que os Egípcios lhe conferiam – pode interpretar-se como réplica (ou correcção) ao mito “egípcio” do *Fedro* – que inspirou o conhecido ensaio de J. Derrida, *La pharmacie de Platon* –, onde a invenção da escrita por Thot é objecto de censura pelo rei dos deuses, Thamous/ Ámon. Para a presença em geral do Egipto nos últimos diálogos platónicos, veja-se L. Brisson, “L’Égypte de Platon” in: *Lectures de Platon* (Paris 2000), pp. 151-167; Ph. Vasunia, *The Gift of the Nile. Hellenizing Egypt from Aeschylus to Alexander* (Berkeley-Los Angeles 2001), esp. pp. 136-182; M. T. Schiappa de Azevedo, “Platão: helenismo e diferença” in: Maria do Céu Fialho *et alii* (eds.), *Génese e consolidação da ideia de Europa. Vol. I* (Coimbra 2005), esp. pp. 318-324.

¹⁰ As viagens de Sólon em Heródoto (cuja historicidade A. B. Lloyd recusa) são assinaladas sobretudo em referência a entrevistas: com Cresos em 1.29-30; com o faraó Ámasis em 2.177. Sobre os problemas de cronologia que levantam, vide D. Leão, *Sólon*, pp. 19-32.

ateniense com os sacerdotes egípcios de Sais; segundo assevera, ela consta de apontamentos que o próprio Sólon conservara como matéria poética de uma epopeia de louvor a Atenas, que nunca terá sido levada a cabo (*Tim.* 21c; *Criti.* 113a-b).

Essa abertura dos sacerdotes a um passado ciosamente guardado nos templos não tem a ver só com o prestígio do “mais sábio dos Sete Sábios”, como Crítias se compraz em designar Sólon (20d); da conversa que antecede o relato, infere-se uma cumplicidade especial que consagra Atenas e Sais como “cidades irmãs”, fundadas sob a égide da mesma deusa (Atena em grego e Neith em egípcio)¹¹. É portanto em atenção a esse parentesco com a cidade venerável – fundada ainda mil anos antes de Sais – que os sacerdotes revelam, para espanto de Sólon, o passado glorioso de Atenas e o seu feito mais extraordinário: a vitória sobre Atlântida, cidade rival na fama mas por circunstâncias e motivações diversas.

Dotada de uma maior riqueza exterior, que a monumentalidade dos empreendimentos urbanos e marítimos corrobora, e ocupando um espaço privilegiado, não só pela exuberância de produtos agrícolas e de minérios preciosos mas também pela doçura do clima, pelo exotismo da sua fauna e flora (aspectos sobretudo desenvolvidos no *Critias*¹²), a ilha de Posídon foi esquecendo a primitiva condição divina. O incremento do comércio e do poder naval, favorecido pela situação geográfica e pela inata vocação marítima que lhe advinha de Posídon o deus fundador, em breve veio despoletar uma incontrolável sede de dominar o mundo. A Ásia e a Líbia (incluindo o Egípto) caem em seu poder; segue-se a Europa, representada pelas ilhas mediterrânicas a ocidente e pela Tirrénia (Itália). Prepara-se, enfim, o ataque à Grécia.

É o momento em que Atenas intervém, promovendo a aliança de todos os povos gregos contra os Atlantes, à semelhança do que muitos séculos depois faria, quando as tropas de Dario e de Xerxes invadiram a Europa e, em especial, o território grego. E à semelhança também do que aconteceu mais tarde, é ela que, abandonada pelos aliados, acaba por afrontar sozinha a investida de um império poderoso, que ameaçava vergar o mundo ao seu domínio (25b-c).

A Atenas primeva desenha-se assim como a encarnação viva do duplo símbolo de Palas, deusa da paz e deusa da guerra: vocacionada para a paz, para a excelência das suas instituições e para o progresso espiritual, a cidade evocada pelos sacerdotes de Sais é também exemplo inexcusável de heroísmo, que se manifesta, não na conquista de terras e nações, mas antes na defesa do seu território e dos povos vizinhos ameaçados¹³.

¹¹ Heródoto nomeia sempre a deusa de Sais por Atena e nunca por Neith (2.28, 59, 83, 169, 170, 175). Provavelmente oriunda da Líbia, a sua antiguidade é comprovada por vasos egípcios de cerca de 3 500 a.C. Vide M. J. Machado, “Neit na ideologia régia do Antigo Egípto”, *Cadmo* 10 (2000) 95-110. Sobre a Atena platónica, cf. infra, n. 13.

¹² Nma análise ao léxico do *Critias*, J. Pradeau prova que o diálogo utiliza um vocabulário ausente do resto da obra platónica e é imitado de Heródoto – apud P.Vidal-Nacquet, *l’Atlantide. Petite histoire d’un mythe platonicien* (Paris 2005), p. 33. Já também P. Friedlaender havia também realçado esse laço (*Plato. An Introduction*, pp. 319-321): a arquitectura de Atlântida é “um Oriente idealizado” que se inspira nas descrições de Babilónia e de Ecbátana feitas por Heródoto (1. 98 e 181-185) e por Ctésias, o médico grego contemporâneo de Platão e autor de uma *História da Pérsia*, só conhecida por citações indirectas.

¹³ Sobre a projecção de Atena na obra platónica, em especial no *Timeu* e no *Critias*, que têm por cenário explícito as Panateneias, em honra de Atena (*Tim.* 26e) – aliás, venerada também nos jardins do Academus –, vide C. Lecomte, “L’Athéna de Platon”, *Kernos* 6 (1993) pp. 225-243, com a conclusão da p. 242: “Athéna sert de trait d’union entre Zeus, Héphaïstos et Arès. Elle représente la juste mesure et assure la sage organisation de la cité.”

Sobretudo curioso é o paralelo que o *Crítias* explicita entre a ameaça “atlântica” e a ameaça persa, cuja intensidade estava ainda bem presente na memória dos Gregos do séc. IV a.C. Com ele entendeu Platão destacar o papel cimeiro – e reconhecidamente histórico – de Atenas num mundo que não era apenas a Grécia mas toda a Europa, como ressalta do elogio fúnebre pronunciado por Aspásia no *Menéxeno* (239d): “Foram os filhos desta terra que detiveram os Persas, soberanos da Ásia, prontos a escravizar a Europa ...”

A oposição ateniense ao poder asiático foi assim o acontecimento que jogou decisivamente no desabrochar de uma consciência não apenas helénica mas europeia. Não por acaso o orador Isócrates, contemporâneo de Platão, atribuiu à Guerra de Tróia esse significado supra-helénico, mesmo num exercício tão obviamente lúdico como o *Elogio de Helena* (§ 67): “ Foi a primeira vez que a Europa obteve um troféu de vitória sobre a Ásia ...”.

De facto, o afrontamento entre os dois continentes não se reduz ao factor militar *tout court*, antes se vai aprofundando, ao longo do tempo, como sinal de vivências civilizacionais irredutíveis. A ambição de dominar o mundo, que fez surgir o império persa e ditou os empreendimentos militares de Ciro, Dario e Xerxes, opõe a Grécia a afirmação da liberdade política e individual, o hábito da coexistência com os povos que partilham a mesma área geográfica, no respeito pelas diversidades étnicas. Um momento espectacular do *Panegírico* mostra a que ponto Atenas assume esse magistério (§ 50):

“Ela fez que ao nome de Gregos já não parecesse associar-se uma raça e sim uma mentalidade: com mais direito daríamos o nome de Gregos aos que partilham da nossa educação, do que aos que têm a mesma origem que nós ...”

Sem ir tão longe quanto Isócrates, a Atenas mítica de Platão colhe, no *Timeu* e no *Crítias*, a mesma sugestão de uma supremacia que é, antes de mais, civilizacional, que logra impor-se como guardiã da Europa, e mesmo da Ásia, sem abuso da força ou instintos de prepotência.

Nas entrelinhas do diálogo, é assim possível descortinar a nostalgia de um passado grandioso, que os políticos e oradores atenienses da 1ª metade do séc. IV a.C. remetem sistematicamente para Sólon. Erigido em “ícone constitucional”, como emblematicamente realça K. Morgan¹⁴, o estadista de dois séculos antes passou a ser também o símbolo de uma “idade do ouro” da democracia, a cujo atractivo o Platão das *Leis* não escapa (698b-699d). Uma idade do ouro que, à semelhança da proto-Atenas de nove mil anos antes, se concentra toda na excelência e na defesa das suas instituições, rejeitando a tentação funesta de impérios navais. Como bem resume Vidal-Nacquet, “a Atlântida e Atenas são as duas faces da Atenas de

¹⁴ “Designer History: Plato’s Atlantis Story and Fourth Century ideology”, *Journal of Hellenic Studies* 118 (1998) 111. De acordo com E. Ruschenbusch – apud P. Vidal-Nacquet, “Athènes et Atlantide. Structure et signification d’un mythe platonicien”, *Revue des études grecques* 77 (1964) p. 433 n. 66 –, as referências a Sólon nos oradores áticos surgem quase só após 356 a.C., como contraponto aos reveses políticos que marcam o fim do segundo império naval. A composição do *Timeu* deverá pois situar-se nos anos imediatamente após essa data.

Platão”¹⁵, correspondendo Atlântida à potência naval que nos tempos de Péricles atingiu o auge do prestígio e cujas aspirações marítimas começavam a renascer ao longo do séc.IV a.C., após o desastre clamoroso da expedição à Sicília em 415 a.C.

A inexistência de outras fontes, que não o *Timeu* e o *Crítias*, para a existência de Atlântida associa-se assim a um contexto histórico peculiar, onde o “dever-ser” apenas parece encontrar uma expressão propícia na visão mítica do passado. A poucas narrativas como a esta se ajustará melhor a observação de Bakhtin, ao discorrer sobre a inversão temporal do tempo mítico: “Uma coisa que pode, e apenas pode ser realizada no futuro é aqui pensada como algo fora do passado (*out of the past*), algo que em nenhum sentido partilha da realidade do passado mas que é, na essência, um propósito, uma obrigação.”¹⁶

Assim também a Antiguidade parece ter entendido, no geral, a referência do *Timeu* e do *Crítias*. À excepção de Crantor, discípulo da Academia e primeiro comentador da obra platónica (que, segundo Proclo¹⁷, assegurava a preservação da narrativa em estelas de Sais, ainda conservadas no seu tempo), os comentadores dos séculos seguintes apenas retiveram o seu valor simbólico, apesar de uma persuasiva linguagem historicizante que permitiu a Rohde situá-la, juntamente com a *Ciropedia* de Xenofonte, nos primórdios do romance histórico¹⁸. Para isso poderá ter contribuído o juízo peremptório de Aristóteles, reportado por Estrabão (2.102 e 13.598): “o mesmo autor que a fez nascer, a fez morrer” – obviamente, Platão ...

A história da recepção do mito do *Timeu-Crítias* em tempos mais recentes pouco tem, contudo, a ver com o carácter exclusivamente protréptico, que configura o antagonismo platónico à democracia de Atenas sua contemporânea e às veleidades de restaurar o poderio naval de outrora (não por acaso, a Cidade projectada dos Magnetes, nas *Leis*, é arredada das actividades e do comércio marítimo). A simpatia – se assim pode falar-se – que a narrativa evoca concentra-se no lado representado por Atlântida, cuja destruição “no espaço de um só dia e de uma só noite” por um terramoto seguido de ondas gigantes, arrasta consigo o enigma de uma civilização esplendorosa de que nem o sítio é possível assinalar.

¹⁵ “A Atlântida e as nações” in: *A democracia grega* (trad. portuguesa, Lisboa 1993), p. 117. A memória de Sólon sobrepõe-se assim à de Clístenes, a quem se deve de facto a instauração da democracia, após a tirania dos Pisístratos: vide J. Ribeiro Ferreira, *A democracia na Grécia Antiga* (Coimbra 1990), esp. pp. 38-42.

¹⁶ *The Dialogic Imagination. Four Essays* (Austin 2001), p. 147. Um sugestivo entrelaçamento entre mito e utopia, decorrente em parte dos pressupostos de Bakhtin, pode ver-se em M. R. Girão Ribeiro dos Santos, “O mito de Atlântida: entre utopia e acronia”, sep. de *Forum 22* (1997).

¹⁷ *Com. in Tim.* 1.75.30-76. Apesar das dúvidas levantadas por A. Cameron em “Crantor and Posidonius on Atlantis”, *Classical Quarterly* 3.1 (1983) pp. 81-91, a crença na historicidade do mito está bem realçada no início do passo, que Ph. Vasunia transcreve integralmente (*The Gift of the Nile*, p. 229). Proclo – que conheceu directamente os comentários de Crantor – veicula ainda a informação de que, com a narrativa da “proto-Atenas”, Platão teria visado rebater as acusações de plágio das instituições egípcias, que teriam acolhido a *República*, nomeadamente a sua organização em três classes. De facto Isócrates, no *Busíris* (§17), refere que os filósofos “dão preferência ao sistema político do Egito”.

¹⁸ Em *Der Griechische Roman und seine Vorläufer* (apud Bakhtin, *The Dialogic Imagination*, p. 64). Com a mesma propriedade, Ch. Gill fala em “pastiche histórico” e P. Vidal-Nacquet em “ficção científica”. Vide P. Vidal Nacquet, *L’Atlantide*, p. 33. Para a ligação do mito de Atlântida às formas utópicas da narrativa helenística, a partir de Evémero de Messena (séc. IV – III a.C.), veja-se M. Pulquério Futre Pinheiro, “Utopia and Utopias” in: S. N. Byrne *et alii* (eds.), *Ancient Narrative. Authors, Authority and Interpreters in Ancient Novel* (Essays in Honor to G. L. Schmeling, Groningen 2006) pp. 147-171, esp. p. 152, n. 17.

É com as navegações atlânticas de Portugueses e Espanhóis, nos sécs. XV e XVI, que as especulações em volta da misteriosa ilha renascem: a descoberta da América vem comprovar a intuição certa do *Timeu*, ao fazer do mar “além das Colunas de Hércules” a passagem da Europa para novas terras habitadas; identicamente, a referência ao Oceano, no mito geográfico do *Fédon*, como o rio mais exterior do globo¹⁹, confinante com a “verdadeira terra” (110e, cf. 112e), ganha a plausibilidade de um dado concreto, que apenas pode ser Atlântida.

A Península Ibérica, já chamada Hespéria (a designação grega de Ocidente) ao tempo dos Romanos, é assim o centro de pesquisas que confrontam o texto platónico, entretanto tornado acessível pela tradução latina de Marsílio Ficino, com os novos conhecimentos geográficos e marítimos. Em 1492 Colombo chega à América e o novo continente saudado é desde logo saudado como a “Atlântida perdida”. Vale a pena registar, em 1572, a bizarra utilização do mito pelo navegador e cronista Pedro Sarmiento de Gamboa na sua *Historia Indica*, ao considerar que os longínquos restos do continente vizinho – ou seja, a Atlântida – pertenciam, por direito, à coroa espanhola (note-se que só cerca de dez anos mais tarde Portugal seria anexado a Espanha ...).

Este marco revela-se importante, na medida em que dele decorrem (talvez directamente!) dois aproveitamentos divergentes do mito: o de Francis Bacon, na sua versão utópica da *Nova Atlântida*, publicada postumamente em 1627; e a do cientista sueco Olof Rudbeck, que, pelos fins do séc. XVII, “transfere” a Atlântida platónica para a Suécia, dando origem a uma proliferação de “atlanto-nacionalismos” (na expressão eficiente de Vidal-Nacquet²⁰), cujos efeitos nefastos se fizeram sentir nas várias crises por que a Europa passou nos séculos seguintes.

A utopia de Francis Bacon, que respeita de algum modo a convenção geográfica, tem a particularidade de não desvirtuar o sentido do mito platónico: a Nova Atlântida, ou ilha de Bensalém – onde procura refúgio o grupo de naufragos dos mares de Sul a que o narrador pertence –, nada tem a ver com a Grande Atlântida (ou seja, o continente americano), à qual se ajusta a descrição platónica de reis prepotentes, cujos

¹⁹ O Oceano, referido como “rio” em Homero (*Iliada* 18.607-608) e em Hesíodo (*Teogonia*, vv. 518-520), mantém ainda na época clássica a ideia de um poder cósmico primordial, associado a Tétis (não a nereíde mas a titânide). Vide J. Ribeiro Ferreira, “Oceano e Tétis nos Poemas Homéricos e em Hesíodo” in: F. Oliveira *et alii*, *Mar Greco-Latino* (Coimbra 2007), pp. 75-82. O *Fédon* 112e já evoca, no entanto, uma realidade geográfica que permitirá na época helenística a associação com o Atlântico, o “mar para além das Colunas de Hércules”, onde se situava o famoso Jardim das Hespérides (= filhas de Héspero, isto é, do Ocidente). As sucessivas localizações deste lugar mítico, equiparável a outros “de terras longínquas” – como Atlântida – são sempre “mais” a Ocidente. Vide M. H. Rocha Pereira, “O jardim das Hespérides” in: Yvette Centeno e de Lima de Freitas (coords.), *A simbólica do espaço: cidades, ilhas, jardins* (Lisboa 1991), pp. 20 e 24 e o pormenorizado de H.-G. Nesselrath, “Where the Lord of Sea grants Passage to Sailors through the Deep-blue Mere no more: the Greeks and the Western Seas”, *Greece & Rome* 52.2 (2005) pp. 153-161, sobre os périplos helenísticos, em particular de Piteas de Massília a Tule (na Grã-Bretanha).

²⁰ “A Atlântida e as nações”, p. 117. Remetemos para este artigo e para o estudo *L’Atlantide* (citado na n. 12), o desenrolar pormenorizado desse historial, que limitámos aqui a referências genéricas.

²¹ Vide “Platón, la Atlántida y los cronistas del Perú”, in: T. H. Martínez, *La tradición clásica en el Perú virreinal*, pp. 24-33, *Biblioteca Digital Andina* (Universidad Nacional Mayor San Marcos). L. H. Tordaventa a hipótese de Bacon ter conhecido pessoalmente Gamboa, trazido para Londres como prisioneiro, na sequência de um ataque de corsários ingleses às ordens de Sir W Raleigh, amigo do filósofo.

excessos atraíram a vingança divina: um dilúvio (e não um terramoto, como expressamente se corrige) varreu quase toda a sua população, fazendo retroceder a um estágio primitivo as condições de vida dos poucos que escaparam. A essa Atlântida ávida e agressiva se opôs outrora Bensalém, com a sua organização superior, centrada em valores espirituais e divinos, onde conflui a memória da primitiva Atenas do *Timeu*.

De comum com a *Utopia* de More, de 1512, e com a *Cidade do Sol* de Campanella (saída em 1623), a ilha imaginária de Bacon tem o facto de se apresentar, no contexto de uma viagem marítima, como mais uma descoberta “acidental”; mas parece ser nos relatos, presenciais ou não, do périplo de Pedro Gamboa pelos mares do Sul – como demonstra o historiador peruano Luís H. Tord – que assenta a procura de uma verosimilhança factual²¹: a Nova Atlântida situa-se a oeste do Perú, nos mares do Sul; e o colégio de Sábios que a rege – a “Casa de Salomão” – evoca o nome das ilhas aí descobertas por Gamboa (as ilhas Salomão), pormenor que Bacon integra numa intencional simbiose de tradições: helénica, cristã e hebraica²².

A outra linha de aproveitamentos iniciada pelo cronista espanhol, cujas etapas não cabe aqui pormenorizar, foi menos feliz, cumprindo a parte negativa e “distópica” que o mito platónico atribuía a Atlântida. A extensa obra de Rudbeck, *Atlantica*, saída entre 1679 e 1702, ao fazer de Atlântida (isto é, da Suécia ...) o berço da humanidade civilizada, veio dar uma projecção até então impensável ao chamado “mito gótico” e fazer retroceder os valores humanistas e ecuménicos que tinham sido apanágio da utopia renascentista.

Com a descoberta do indoeuropeu e as especulações em torno da “raça pura”, surgem modalidades obcecadas de nacionalismos que, a coberto de Atlântida, identificam, sem mais, os míticos Atlantes aos Arianos. São conhecidas as consequências trágicas que esses nacionalismos desencadearam na Europa, em especial na Alemanha, mas é menos divulgada a importância que o tema Atlântida – já reformulado pelas correntes teosóficas impulsionadas por William Scott Elliot e Helena Blavatsky²³ – merecia no famoso Instituto da Herança Ancestral (*Abnenerbe Institut*) do III Reich ...

Entretanto, a procura racionalizada de um lugar geográfico – que se reconheceria não poder ser a América – para a Atlântida do *Timeu* continuava (e continua ...). A publicação das *Vinte mil léguas submarinas* de Júlio Verne, com a sua “visita guiada” às ruínas da Atlântida, sepultada na meso-dorsal do Atlântico em todo o sentido norte-sul, ajustava-se à descrição do *Timeu* e veio reacender o empenho na sua descoberta, que a recente descoberta de Tróia (até então um “mito”) parecia tornar exequível.

Goradas as tentativas de exploração no Atlântico, as pesquisas voltaram-se para o Mediterrâneo: as escavações arqueológicas de Sir Evans em Creta, no começo do séc.XX, vieram revelar uma civilização de brilho excepcional, cujo apogeu foi

²² Sobre essa simbiose característica da utopia renascentista, que se projecta em especial no mito das Hespérides (depois associado ao de Atlântida), veja-se Vidal-Naquet, “A Atlântida e as nações”, pp. 120-125.

²³ W. Scott Elliot, *The Story of Atlantis* (1896, 2ª ed. 1909); Helena Blavatsky, *The Secret Doctrine* (1888). Vidal Naquet refere o carácter decisivo que obras como as de Zschaetzsch e de A. Herramn (inspiradas pelas anteriores) tiveram na associação da Atlântida ao nacional-socialismo (*L’Atlantide*, pp. 125-127). Note-se que a faceta ocultista de Atlântida tinha sido já explorada na poesia de William Black, embora numa tónica universalista que contrasta com os aproveitamentos posteriores: “as antiguidades de todas as nações não são menos sagradas do que a dos Judeus” (apud P. Vidal-Naquet, “A Atlântida e as nações”, p. 132).

interrompido por um violento terramoto cerca de 1450 a.C., levantando-se a hipótese de ser esta a Atlântida platónica; seguiu-se, nos anos trinta, a ilha de Santorini (antiga ilha de Tera), centro de uma civilização afim à minóica, destruída cerca de um século antes por uma erupção vulcânica, que provocou a desagregação de uma única ilha em três. Ultimamente, a região “candidata” é Chipre, onde a arqueologia marítima revelou uma formação geomórfica interpretada pelo director do projecto, Sarmast, como sendo a rocha abrupta sobre o mar, que consta da descrição da acrópole de Atlântida no *Crítias*.²⁴

A “mediterraneização” do mito pressupõe, como é de ver, uma “pedagogia” do texto platónico que possa interpretar positivamente reminiscências históricas (forçosamente vagas ...), secundarizando a ausência de outros factores de indentificação. É a orientação seguida por V. Luce, num trabalho notável pela segurança da informação arqueológica e pelo aproveitamento das fontes egípcias²⁵ onde se defende, nomeadamente, a conjunção Creta/ Tera na descoberta da “Atlântida primitiva”. Esse apuro interpretativo, no sentido de fazer a Atlântida “caber” no Mediterrâneo, pôde mesmo chegar à proposta de uma correcção textual: basta que, na frase do *Timeu* “mais extensa que a Ásia e a Líbia juntas”, possamos ler “entre a Ásia e a Líbia” (= África)²⁶. A hipótese, que beneficia obviamente Chipre (mas também se ajusta às outras hipóteses, que continuam a ter adeptos), é engenhosa e compatível com as vicissitudes de transmissão dos textos antigos: trata-se apenas de substituir *meizon*, “maior” por *meson* “entre”. Curiosamente, teria sido Platão a cometer um erro de leitura dos manuscritos de Sólon, que se teriam conservado na sua família. De qualquer modo, ficaria por explicar, não só a repetição da frase no *Crítias*, como ainda a circunstância de ser uma fórmula obviamente decalcada de Heródoto (4.45), a respeito da Europa ...

Não se estranha, assim, que os “caçadores de mitos”, para empregar uma expressão em voga, se tenham deslocado do eixo América/Europa para regiões impensáveis a um grego da época clássica, como é o caso da Antártida ou da Nova Zelândia. Não será, no entanto, nesse percurso geográfico que o universalismo do mito, por excelência enigmático e proteico, melhor se afirma.

Já bem antes do *Timeu* a expressão “a Ocidente das Colunas de Hércules” indica um espaço conotado com o maravilhoso e o inacessível, ou acessível apenas a muito poucos. A passagem do Mediterrâneo para o Atlântico (ou primeiramente apenas para o Oceano) representava para os Gregos os confins do mundo habitado²⁷. Era para além dela que se situava o Jardim das Hespérides, lugar ameno e divino, que só Hércules, num dos seus trabalhos (colher as maçãs de ouro), logrou transpor.

Não cabe aqui fazer a história do mito e dos seus paralelos (Campos Elísios, Jardins de Alcínoo, etc.) de que M. H. Rocha Pereira traçou já uma síntese elucidativa

²⁴ A tese é desenvolvida em *The Startling Case of the Island of Cyprus. Discovery of Atlantis* (California 2004).

²⁵ *The End of Atlantis* (St. Albans 1975, 2ª ed.), esp. pp. 139-146, onde, a par de coincidências várias entre Creta e Atlântida, se defende a historicidade do papel de Sólon na narrativa do *Timeu*, embora com erros de cronologia. G. Naddaf, “The Atlantis myth: An Introduction to Plato’s Later Philosophy”, *Phoenix* 48.3 (1994) 192-194 apresenta uma crítica exaustiva, retomada por P. Brisson, em Platon, *Timée. Critias* (Paris 2001, 5ª ed.), pp. 314-319.

²⁶ Vide supra, n. 3 e P.B.S. Andrews, “Larger than Africac and Asia?”, *Greece and Rome* 14 (1967) 76-79.

²⁷ E.g. Píndaro, *Nemeia* 4.69-70; cf. supra, n. 19.

em “O Jardim das Hespérides”. O que valerá a pena sublinhar é que, desde inícios do séc. XVI, o mito da Atlântida se associa ao do famoso jardim²⁸. Não deixa de ser sintomático que, na sua descrição do “Horto das Espéridas”, Jorge Ferreira de Vasconcelos (que o situa nas vizinhanças do monte Atlas) sinta necessidade de precisar²⁹:

“É o sítio do Horto das Espéridas, quase ilha, cercado em redondo pelo mar Atlântico, salvo uma ponta com que se apega na terra e naquele tempo era um parque dos Deuses ...”

A presença aí dos Atlantes ou Atalantes – de resto, nome real do povo que aí habitava³⁰ e que já Heródoto refere – terá desencadeado uma errada reminiscência do lugar da ilha platónica, originando esta solução de compromisso (“quase ilha” ...). O mesmo sucede com as diversas ilhas atlânticas, a que sucessivamente se foi atribuindo a localização do jardim das Hespérides: além dos Açores, também a Madeira, as Canárias e Cabo Verde (donde é natural o poeta citado em epígrafe) representam, na imaginação popular, os restos visíveis da ilha perdida. Mesmo frente a Peniche, o Baleal suscita idêntica evocação em Raul Brandão: “... mas esta rocha é uma ossada, e talvez o último vestígio de Atlântida ...”³¹

O Ocidente, *Hesperia*, configura-se assim como um lugar mítico de “descoberta” e é essa a feição que o *Timeu* platónico lhe imprime ao intuir, para além do Atlântico e da Atlântida, a existência de um continente “verdadeiro” – o equivalente da “terra verdadeira” que também no *Fédon* surge como lugar de descoberta (*he hos alethos ge*, 109e), contraposta às cavidades onde, sem o saberem, os homens habitam. Mas a descoberta não é tanto da ordem da geografia, como da do sujeito que a empreende: descobrir é passar por uma experiência de conhecimento, porventura tão significativa como a elevação do herói Hércules ao estatuto divino.

Essa conotação específica do Ocidente – com tudo o que significa de passagem para o desconhecido no mar e no que está para além dele – não é exclusiva dos Gregos. Já na epopeia babilónica *Gilgamesh*, pelo menos um milhar de anos anterior aos Poemas Homéricos, o herói demanda o lugar onde o sol se põe, além do Oceano³². O objectivo é indagar de Utnapistim, o sobrevivente do Dilúvio que os deuses tornaram imortal, os segredos da vida e da morte e o remédio para a sua mortalidade.

²⁸ Ainda em finais do séc. XVI Torriani, cartógrafo italiano com funções administrativas nas Canárias, representava a ilha de Atlântida junto à costa leste do Brasil, com todos os requintes topográficos – embora as navegações tivessem já levado a concluir pela sua inexistência, no sítio imaginado por Platão. A Atlântida faz parte dos “seis paraísos terrestres” abonados pelos antigos, de que Torriani dá a localização em *Descrição e reino das Ilhas Canárias* (Lisboa 1999), esp. pp. 106-112. J. Azevedo e Silva, que editou e traduziu a obra, dedicou a este tópico um estudo posterior: “As Ilhas Afortunadas e o Atlântico greco-romano, na visão de Leonardo Torriani” in: F. Oliveira *et alii* (eds.), *Mar Greco-Latino* (Coimbra 2007), pp. 373-395.

²⁹ *Memorial das proezas da segunda tábua redonda* (prefácio, actualização, transcrição do texto e notas de João Palma Ferreira, Coimbra s/d), p. 110. Agradeço ao meu primo Fernando Luís Schiappa de Azevedo, grande leitor de livros clássicos, a indicação desta obra.

³⁰ Cf. *supra*, n. 5.

³¹ *Os Pescadores* (Lisboa s/d), p. 125. Devo esta referência ao meu ex-aluno e amigo, Mestre José Ventura.

³² Utilizei a excelente tradução de Pedro Tamen, *Gilgamesh* (Lisboa, 2000). O passo em causa pertence ao cap. IV (esp. pp. 56-64), que corresponde a *Tabuinha X* da edição de A. George, *The Epic of Gilgamesh* (Suffolk s/d).

A viagem, longa e difícil, foi vã, talvez porque esse lugar de conhecimento não passasse de mais uma ilusória esperança. Como outras ilusões que locais utópicos, como a Atlântida e o Jardim das Hespérides, foram alimentando. Pessoa resume-as numa réplica alusiva à Bensalém, a “ilha extrema do sul”, que a *Nova Atlântida* de Bacon consagrou³³:

“Não é com ilhas do fim do mundo,
Nem com palmares de sonho ou não,
Que cura a alma seu mal profundo,
Que o bem nos entra no coração.
É em nós que é tudo. É ali, ali,
Que a vida é jovem e o amor sorri.”

Pelo caminho da poesia, Pessoa reencontra o mesmo entendimento que no século anterior um dos mais eminentes estudiosos do *Timeu*, Thomas-Henri Martin, tentara fazer prevalecer. Vale a pena lembrá-lo, por essa íntima consonância com os versos de Pessoa, onde a memória da antiga/nova Atlântida claramente comparece³⁴: “Acreditou-se reconhecê-la no Novo Mundo. Não: ela pertence a um outro mundo, que não é do domínio do espaço mas do pensamento.”

³³ Fernando Pessoa, *Obra poética* (Aguilar, Rio de Janeiro 1983), p. 101.

³⁴ Apud P. Vidal-Naquet, “A Atlântida e as nações”, p. 117.

Série
Documentos

•

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press

2009

